

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.670.230 - SC (2017/0104539-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : PRISCILA KE SATOI - SC023720A
RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS - SC023518A
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - SC023721A
MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - SC023519
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - SC023727A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO SAFRA S.A., com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. MAGISTRADO A QUO QUE JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PLEITOS VAZADOS NA EXORDIAL. INCONFORMISMO DO BANCO.

AVENTADA INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. VENTILADA AUSÊNCIA DE CARACTERIZAÇÃO DE DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO, EM RAZÃO DA PEQUENA QUANTIDADE DE CONSUMIDORES ATINGIDOS. INACOLHIMENTO. QUESTIONAMENTO DE CLÁUSULA DE CONTRATO DE ADESÃO. EXISTÊNCIA DE OUTROS CASOS SEMELHANTES QUE SE DEDUZ A PARTIR DA EXPERIÊNCIA E DA OBSERVAÇÃO DO QUE ORDINARIAMENTE ACONTECE. ART. 335 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR REPELIDA.

'INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL' ELEITA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE SE MOSTRA PLENAMENTE CABÍVEL. TUTELA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E INDISPONÍVEIS. EVIDENTE REPERCUSSÃO SOCIAL. PRELIMINAR REPELIDA.

'A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a associação civil de defesa do consumidor preenche os requisitos legais para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos'. (REsp n. 609.329/PR, rel. Min. Raul Araújo, DJe 7-2-2013). (Apelação Cível n. 2012.005212-3, Rel. Des. Dinart Francisco Machado, j. em 1º-09-15).

PREFACIAL DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INACOLHIMENTO. ATUAÇÃO POSSÍVEL NA DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS, COM SUPEDÂNEO NA PRESENÇA DA RELEVÂNCIA SOCIAL DA MATÉRIA AVENTADA. POTENCIALIDADE DE MASSIFICAÇÃO DO CONFLITO.

TARIFAS ADMINISTRATIVAS. ARESTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PACIFICANDO O ENTENDIMENTO EM DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DE RECURSO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM MULTIPLICIDADE (RESP N. 1251331/RS E RESP 1255573/RS, AMBOS DE RELATORIA DA MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, JULGADOS EM 24-10-13). AUSÊNCIA DE CARÁTER VINCULANTE NAS DECISÕES PROLATADAS PELA CORTE DA CIDADANIA, AINDA QUE EM CARÁTER DE JULGAMENTO DE

Superior Tribunal de Justiça

RECURSOS REPETITIVOS. CIRCUNSTÂNCIA QUE CONFERE AO TRIBUNAL A POSSIBILIDADE DE ADOTAR A POSIÇÃO JURÍDICA QUE LHE PARECER MAIS ADEQUADA.

TARIFA DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA. EXIGÊNCIA QUE VIOLA O CÓDIGO CONSUMERISTA. ESTIPULAÇÃO DE DESVANTAGEM EXAGERADA AO CONSUMIDOR. ART. 51, INCISO IV, DO CDC. DIMINUIÇÃO INJUSTIFICADA DO CAMPO DE INCIDÊNCIA DO DIREITO AO PAGAMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. ART. 52, § 2º, DO CDC. SENTENÇA MANTIDA QUANTO AO TEMA.

PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ APLICADA EM SEDE DE ACLARATÓRIOS OPOSTOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISCUSSÃO INCABÍVEL NO PRESENTE FEITO. SANÇÃO IRROGADA EM RECURSO INDEPENDENTE, CUJA DECISÃO É INCLUSIVE OBJETO DE RECURSO ESPECIAL AINDA PENDENTE DE JULGAMENTO. ENFOQUE VEDADO NESSA SEARA.

JUROS MORATÓRIOS. POSICIONAMENTO REMANSOSO DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE DEVE FLUIR A PARTIR DA CITAÇÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPERATIVA MANUTENÇÃO DO PARÂMETRO ESTABELECIDO PELO ESTADO-JUIZ DE ORIGEM.

ALMEJADA MINORAÇÃO DO MONTANTE REFERENTE À MULTA FIXADA NA SENTENÇA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO. INACOLHIMENTO. ARBITRAMENTO DO QUANTUM QUE DEVE SOPESTAR OS PRINCÍPIOS DA EQUIDADE, PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DIRETRIZES QUE DEVEM SER DEBULHADAS FRENTE À CONDUTA DA PARTE SOBRE A QUAL RECAI A ORDEM JUDICIAL, SOB PENA DE TRANSFORMAR-SE A ASTREINTE EM INSTRUMENTO INEFICAZ E IMPRESTÁVEL À SUA FUNÇÃO. VALOR ESTIMADO PELO ESTADO-JUIZ DE ORIGEM NÃO ABUSIVO. DECISUM INALTERADO NESTE VIÉS.

O binômio proporcionalidade-razoabilidade a ser levado em conta à averiguação da existência de exorbitância no valor da multa cominatória sempre deve ter em mente o escopo coercitivo da astreinte. Logo, quanto maior a recalcitrância do devedor, maior será o valor devido a título de multa em razão do não cumprimento da determinação judicial, de modo que o valor justo da multa é aquele capaz de desestimular a parte renitente, convencendo-a de que é melhor obedecer a ordem judicial do que 'pagar para ver'.

REBELDIA PARCIALMENTE CONHECIDA E IMPROVIDA" (e-STJ fls. 499-501).

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 543-578), o recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

- a) arts. 165, 458, II, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973 – negativa de prestação jurisdicional;
- b) arts. 3º, 267, VI, e 462 do CPC/1973 – a pretensão deduzida na ação coletiva perdeu o objeto após o advento da Resolução nº 3.516/2007, que vedou a cobrança de tarifa pela liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito;

Superior Tribunal de Justiça

c) arts. 47, 264 e 267, VI, do CPC/1973 e 4º, VIII e IX, e 9º da Lei nº 4.595/1964 – a União e o Banco Central devem integrar a relação processual na condição de litisconsortes passivos necessários, com a consequente remessa dos autos à Justiça Federal;

d) arts. 81, parágrafo único, III, e 82, I, do Código de Defesa do Consumidor e 3º e 267, VI, do CPC/1973 – não se tratando de direitos individuais homogêneos, falece ao Ministério Público legitimidade para a propositura da ação;

e) arts. 4º, VIII e IX, e 9º da Lei nº 4.595/1964 e 3º, § 2º, do CDC – inexistente abusividade na cobrança da tarifa em questão, que visa à recomposição do equilíbrio contratual, com publicidade explícita e expressa previsão nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional;

f) arts. 51, IV e 52, § 2º, do CDC – a cobrança da tarifa de quitação antecipada não inibe o abatimento proporcional dos juros, de modo que sua cobrança não coloca o cliente em desvantagem exagerada perante a instituição financeira;

g) arts. 42, parágrafo único, do CDC e 128 e 460 do CPC/1973 – eventual repetição de valores deve ocorrer de modo simples, dada a inexistência de má-fé, mesmo porque o pedido inicial não contemplava a devolução em dobro;

h) arts. 95 do CDC e 186 e 927 do Código Civil – é indevida a condenação ao pagamento de indenização por danos morais;

i) arts. 20, §§ 3º e 4º, e 461, §§ 4º e 6º, do CPC/1973 e 17 da Lei nº 7.347/1985 – na hipótese de manutenção do acórdão recorrido no tocante ao mérito, são desarrazoadas as quantias fixadas a título de multa cominatória e de honorários advocatícios, sendo, inclusive, indevido o pagamento dessa última em procedimentos dessa natureza, e

j) arts. 27 do CDC e 206, § 3º, V, do Código Civil – aplica-se, na hipótese, a prescrição trienal, de modo que os efeitos da sentença devem ser limitados a três anos anteriores ao ajuizamento da ação.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 634-645), e admitido o recurso na origem, subiram os autos a esta Corte Superior.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 804-805).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece prosperar em parte.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Trata-se, na origem, de ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA objetivando que o réu, BANCO SAFRA, fosse compelido a não mais realizar a cobrança de tarifa pela quitação antecipada de contrato de financiamento.

O magistrado de primeiro grau de jurisdição julgou parcialmente procedente a demanda **para determinar que o réu se abstivesse de cobrar a mencionada tarifa relativamente aos contratos vigentes entabulados antes do advento da Resolução nº 3.516/2007**, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), além de condená-lo a restituir os valores cobrados a esse título de forma simples, observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

Em grau de apelação, a sentença de primeira instância foi integralmente confirmada.

No que tange aos arts. 165, 458 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal local, ainda que por fundamentos distintos daqueles apresentados pelas partes, adota fundamentação suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

Frisa-se que, mesmo à luz do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015, o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas a respeito daqueles capazes de, em tese, de algum modo, infirmar a conclusão adotada pelo órgão julgador (inciso IV).

A motivação contrária ao interesse da parte ou mesmo omissa em relação a pontos considerados irrelevantes pelo julgador não autoriza o acolhimento dos declaratórios.

Não assiste razão à recorrente no tocante à alegada perda de objeto da ação, haja vista que a sua propositura está apoiada em supostas reclamações de clientes que afirmaram ter sofrido a cobrança da tarifa pela quitação antecipada de contrato após a vigência da Resolução CMN nº 3.516/2007.

Assim, somente em eventual execução individual do julgado ou em pedido de reparação fluida (*fluid recovery*) formulado pelos demais legitimados, nos moldes do art. 100 do Código de Defesa do Consumidor, será possível avaliar se a instituição financeira demandada conferiu fiel cumprimento à Resolução CMN nº 3.516/2007 para todos os contratos assinados a partir da sua vigência.

Também não assiste razão à recorrente a respeito da formação de litisconsórcio passivo necessário na ação civil pública em que se discute a cobrança de tarifas bancárias.

Com efeito, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.303.646/RJ, firmou o entendimento de que "(...) **a circunstância de o Conselho**

Superior Tribunal de Justiça

Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil terem função fiscalizadora e reguladora das atividades das instituições financeiras não gera interesse jurídico, por si só, nas lides propostas em desfavor delas (Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 10/5/2016, DJe 23/5/2016 - grifou-se).

Bem esclareceu o Relator que esse tipo de demanda coletiva, em regra, envolve direito contratual, cingindo-se a pretensão a questionar a validade de cláusula inserida nos contratos firmados pelas instituições financeiras com seus clientes. Salientou, ainda, que o autor da ação não estava, por meio daquela demanda, questionando a legalidade ou a constitucionalidade de algum ato normativo expedido pelos referidos órgãos.

Sobre o tema, vale conferir as seguintes decisões monocráticas: REsp nº 1.542.066/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe 3/9/2019; REsp nº 1.529.501/DF, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 17/12/2018, e REsp nº 1.325.857/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 20/11/2018.

Assim, considerando que a presente demanda coletiva não visa questionar a constitucionalidade ou a legalidade de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, normalmente fundadas em deliberações do Conselho Monetário Nacional, tampouco imputar a eles conduta omissiva por inobservância do dever de fiscalizar o cumprimento de seus próprios atos normativos, impõe-se reconhecer a ilegitimidade desses órgãos para figurar no polo passivo da presente ação civil pública.

Também é pacífica a jurisprudência desta Corte no tocante à legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública a fim de debater a cobrança de encargos bancários supostamente abusivos, por se tratar de tutela de interesses individuais homogêneos de consumidores/usuários do serviço bancário (art. 81, III, da Lei nº 8.078/1990).

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. NÃO CABIMENTO. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFIGURAÇÃO. TARIFA DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO. LEGALIDADE LIMITADA. CONTRATOS CELEBRADOS ANTES DE 10/12/2007. RESOLUÇÃO CMN Nº 3.516/2007.

1. Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo com a finalidade de ver reconhecida a nulidade de cláusulas contratuais que contenham a obrigação de pagamento de tarifa pela quitação antecipada de dívida.

2. A existência de obrigação contratual semelhante à exigida pela recorrente não é capaz de gerar o litisconsórcio passivo necessário com as demais instituições financeiras existentes no país. Para tanto, é indispensável, salvo nos casos em que a lei o imponha, que os litisconsortes sejam partes de uma peculiar relação de direito material, única e incindível, que determina, como imperativo lógico necessário, um julgamento uniforme para todos (art. 47 do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/1973). *Precedente.*

3. O Ministério Público detém legitimidade para propor ação civil pública a fim de debater a cobrança de tarifas/taxas bancárias supostamente abusivas, por se cuidar de tutela de interesses individuais homogêneos de consumidores/usuários do serviço bancário (art. 81, III, da Lei nº 8.078/1990). Precedentes.

(...)

7. *Recurso especial parcialmente provido.*" (REsp 1.370.144/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/2/2017, DJe 14/2/2017 - grifou-se).

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO E DO BACEN. NÃO CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NÃO OCORRÊNCIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ARGUMENTAÇÃO COM VIÉS CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO EM RECURSO ESPECIAL. ILEGITIMIDADE DO MP. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 480 E 481 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. TARIFA DE RENOVAÇÃO DE CADASTRO. COBRANÇA. LEGALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL.

(...)

5. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o intuito de discutir a cobrança de tarifas/taxas supostamente abusivas estipuladas em contratos bancários, por se tratar de tutela de interesses individuais homogêneos dos consumidores/usuários do serviço bancário (art. 81, III, da Lei nº 8.078/90) (AgRg no AREsp n. 78.949/SP).

(...)

8. *Recurso especial parcialmente conhecido e provido em parte*" (REsp 1.303.646/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 23/5/2016 - grifou-se).

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. LEGITIMIDADE. ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA SOB EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO.

(...)

5. A presente ação civil pública foi proposta com base nos 'interesses individuais homogêneos' dos consumidores/usuários do serviço bancário, tutelados pela Lei nº 8.078, em seu art. 81, parágrafo único, inciso III, ou seja, aqueles entendidos como decorrentes de origem comum, consoante demonstrado pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual não há falar em falta de legitimação do Ministério Público para propor a ação.

6. A relação jurídica existente entre o contratante/usuário de serviços bancários e a instituição financeira é disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme decidiu a Suprema Corte na ADI 2591. *Precedentes.*

7. Sendo os serviços prestados pelo Banco remunerados pela tarifa interbancária, conforme referido pelo Tribunal de origem, a cobrança de tarifa dos consumidores pelo pagamento mediante boleto/ficha de compensação constitui enriquecimento sem causa por parte das instituições financeiras, pois há dupla remuneração pelo mesmo serviço, importando em vantagem exagerada dos Bancos em detrimento dos consumidores, razão pela qual abusiva a cobrança da tarifa, nos termos do art. 39, V, do CDC c/c art.

Superior Tribunal de Justiça

51, § 1º, I e III, do CDC.

8. O pedido de indenização pelos valores pagos em razão da cobrança de emissão de boleto bancário, seja de forma simples, seja em dobro, não é cabível, tendo em vista que a presente ação civil pública busca a proteção dos interesses individuais homogêneos de caráter indivisível.

9. A multa cominatória, em caso de descumprimento da obrigação de não fazer, deverá ser destinada ao Fundo indicado pelo Ministério Público, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85, uma vez que não é possível determinar a quantidade de consumidores lesados pela cobrança indevida da tarifa sob a emissão de boleto bancário.

10. Recursos especiais conhecidos em parte e, nesta parte, providos" (REsp 794.752/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/3/2010, DJe 12/4/2010 - grifou-se).

Seguindo essa mesma linha de entendimento, a Terceira Turma desta Corte Superior deixou assentado que,

"(...) se o interesse individual homogêneo tutelado possuir relevância social e transcender a esfera de interesses dos efetivos titulares da relação jurídica de consumo, tendo reflexos práticos em uma universalidade de consumidores efetivos e potenciais que, de forma sistemática e reiterada, sejam afetados pela prática apontada como abusiva, a legitimidade ativa do Ministério Público estará caracterizada" (REsp nº 1.599.142/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 25/9/2018, DJe 1º/10/2018).

Desse modo, considerando que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou ação civil pública visando à tutela de "*interesses individuais homogêneos*" de um número indeterminado de consumidores/usuários do serviço bancário, tutelados pela Lei nº 8.078/1990 (art. 81, inciso III), ou seja, aqueles entendidos como decorrentes de origem comum, é indiscutível a sua legitimidade ativa.

No tocante ao mérito da controvérsia, esta Corte Superior já decidiu que, na vigência da Resolução CMN nº 2.303/1996, era possível a cobrança de tarifa pela liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, ficando tal prática expressamente vedada com o advento da Resolução CMN nº 3.516/2007.

O acórdão está assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. NÃO CABIMENTO. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFIGURAÇÃO. TARIFA DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO. LEGALIDADE LIMITADA. CONTRATOS CELEBRADOS ANTES DE 10/12/2007. RESOLUÇÃO CMN Nº 3.516/2007.

1. Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo com a finalidade de ver reconhecida a nulidade de cláusulas contratuais que contenham a obrigação de pagamento de tarifa pela quitação antecipada de dívida.

2. A existência de obrigação contratual semelhante à exigida pela recorrente

Superior Tribunal de Justiça

não é capaz de gerar o litisconsórcio passivo necessário com as demais instituições financeiras existentes no país. Para tanto, é indispensável, salvo nos casos em que a lei o imponha, que os litisconsortes sejam partes de uma peculiar relação de direito material, única e incindível, que determina, como imperativo lógico necessário, um julgamento uniforme para todos (art. 47 do CPC/1973). Precedente.

3. O Ministério Público detém legitimidade para propor ação civil pública a fim de debater a cobrança de tarifas/taxas bancárias supostamente abusivas, por se cuidar de tutela de interesses individuais homogêneos de consumidores/usuários do serviço bancário (art. 81, III, da Lei nº 8.078/1990). Precedentes.

4. A análise acerca da legalidade da cobrança de tarifas bancárias deve ser analisada à luz da Lei nº 4.595/1964, que regula o sistema financeiro nacional e determina que compete ao Conselho Monetário Nacional limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros e ao Banco Central do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (artigos 4º, IX, e 9º).

5. Durante a vigência da Resolução CMN nº 2.303/1996 era lícita a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços pelas instituições financeiras, entre eles o de liquidação antecipada de operação de crédito, desde que efetivamente contratados e prestados, salvo àqueles considerados básicos. Em 8 de setembro de 2006 entrou em vigor a Resolução CMN nº 3.401/2006, que dispôs especificamente a respeito da possibilidade de cobrança de tarifas sobre a quitação antecipada de operações de crédito e arrendamento mercantil, matéria que até então vinha sendo disciplinada de maneira genérica pela Resolução CMN nº 2.303/1996. Somente com o advento da Resolução CMN nº 3.516, de 10 de dezembro de 2007, é que foi expressamente vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

6. Para as operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas antes de 10/12/2007 podem ser cobradas tarifas pela liquidação antecipada no momento em que for efetivada a liquidação, desde que a cobrança dessa tarifa esteja claramente identificada no extrato de conferência.

7. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 1.370.144/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/2/2017, DJe 14/2/2017).

Assim, para as operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas antes de 10/12/2007 (data da publicação da Resolução CMN nº 3.516/2007), podem ser cobradas tarifas pela liquidação antecipada no momento em que for efetivada a liquidação, desde que a cobrança dessa tarifa esteja claramente identificada no extrato de conferência, ficando vedada tal prática nos contratos assinados a partir da referida data.

Ainda sobre o tema:

"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO - ANÁLISE DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL À LUZ DE RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL

Superior Tribunal de Justiça

RELATIVAMENTE À TARIFA DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO DÉBITO - INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE JULGARAM PROCEDENTE O PEDIDO PARA DECLARAR A ILEGALIDADE DO ENCARGO. INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA/DEMANDADA.

Hipótese: Controvérsia acerca da possibilidade de cobrança de tarifa de liquidação antecipada de contratos de mútuo e arrendamento mercantil.

1. Não há falar em ausência de interesse de agir para o ajuizamento da demanda, pois, em que pese tenha sido vedada pela Resolução nº 3.516/07 do CMN/BACEN, de 6 de dezembro de 2007, a possibilidade de cobrança da tarifa de liquidação antecipada nos contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, fato é que a presente ação coletiva foi ajuizada em setembro de 2007 quando não havia notícia da referida vedação e o alcance temporal pretendido remonta aos ajustes contratuais firmados nos últimos cinco anos da data do ajuizamento da ação.

2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a análise quanto à necessidade de produção de provas e impossibilidade de julgamento antecipado da lide esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, porquanto seria necessário reexaminar as circunstâncias fáticas e o conjunto probatório constante dos autos para concluir se a produção da prova almejada pelo recorrente seria, ou não, imprescindível para o julgamento da demanda.

3. A modificação e elástico do intervalo de abrangência da condenação já na segunda instância ensejou julgamento além do pedido e efetiva violação ao artigo 294 do Código de Processo Civil/73, que estabelece ao autor somente poder aditar o pedido antes da citação e, em caso de modificação posterior, a parte ré necessariamente deverá concordar, o que definitivamente não é o caso.

4. Compete ao Conselho Monetário Nacional dispor sobre taxa de juros e sobre a remuneração dos serviços bancários, nos termos dos arts. 4º e 9º da Lei nº 4.595/64, recebida pela Constituição como lei complementar, entendimento esse, inclusive, sedimentado em sede de julgamento de recurso repetitivo no âmbito da Segunda Seção desta Corte Superior (Resp's. 1.255.573 e 1.251.331, julgados em 28/03/2013, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti).

4.1 Ao tempo da Resolução nº 2.303/96 que disciplinava, genericamente, acerca da 'cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras', a orientação estatal quanto à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras era essencialmente não intervencionista, ou seja, a regulamentação facultava às instituições financeiras a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços, com exceção daqueles que a norma definia como básicos, desde que fossem efetivamente contratados e prestados ao cliente, assim como respeitassem os procedimentos voltados a assegurar a transparência da política de preços adotada pela instituição.

4.2 Durante a vigência da Resolução CMN nº 2.303/1996 era lícita a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços pelas instituições financeiras, entre eles o de liquidação antecipada de operação de crédito, desde que efetivamente contratados e prestados e, somente com o advento da Resolução CMN nº 3.516, de 10 de dezembro de 2007, é que foi expressamente vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

4.3 Viabilidade da cobrança da tarifa de liquidação antecipada de contrato, desde que expressamente prevista nos contratos entabulados até a data da entrada em vigor da Resolução nº 3.501/2007, ou seja, para as operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas antes de 10/12/2007 podem ser cobradas tarifas pela liquidação antecipada no momento em que for efetivada a liquidação, desde que a cobrança dessa tarifa esteja claramente identificada

Superior Tribunal de Justiça

no extrato de conferência.

5. Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, a repetição em dobro do indébito requer a demonstração de má-fé na cobrança, o que não foi comprovado na hipótese. Precedentes.

6. Não havendo comprovação da má-fé e, em virtude do princípio da simetria que deve salvaguardar a atuação das partes, não afigura viável em sede de demanda coletiva a condenação da financeira ao pagamento de honorários advocatícios.

7. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 1.392.449/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/5/2017, DJe 2/6/2017).

Sendo lícita a cobrança da tarifa em questão para os contratos celebrados anteriormente à vigência da Resolução nº 3.516/2007 e não havendo elementos nos autos capazes de comprovar que a tarifa foi exigida em contratos posteriores ao mencionado ato normativo, não há fundamento para manter a condenação da instituição financeira ao pagamento de danos morais coletivos.

Quanto à revisão do *quantum* fixado a título de multa cominatória, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, salvo na hipótese de afronta aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade – não vislumbrada no caso dos autos –, é inviável a revisão do valor das astreintes em recurso especial diante da imprescindibilidade, para tanto, do revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. POSSIBILIDADE. ASTREINTES FIXADAS EM R\$ 143,26 AO DIA. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A apreciação dos critérios previstos no art. 461 do CPC para rever a fixação da astreintes, ensejaria o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso.

2. Agravo Regimental do Estado de Mato Grosso do Sul desprovido." (AgRg no AREsp 283.130/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/3/2014, DJe 8/4/2014).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. LEGITIMIDADE PASSIVA. RECONHECIMENTO. DANO MORAL CARACTERIZADO. REDUÇÃO DA MULTA DIÁRIA FIXADA POR ATO DE DESCUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (AgRg no AREsp 270.764/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

6/2/2014, DJe 17/2/2014 - grifou-se).

Por fim, não houve debate no acórdão recorrido a respeito do prazo prescricional aplicável à hipótese, faltando à matéria, portanto, o indispensável prequestionamento. Aplica-se, quanto ao ponto, o óbice da Súmula nº 211/STJ.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para reconhecer que é lícita a cobrança de tarifa por liquidação antecipada de débito para as operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas antes de 10/12/2007 (data da publicação da Resolução nº 3.516/2007), desde que claramente identificada no extrato de conferência, bem como para afastar a condenação da instituição financeira ao pagamento de danos morais coletivos.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator